
 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <b>31205635178</b>		Código da Natureza Jurídica  <b>2062</b>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: STRATUM SEGURANCA LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
 MGP1900902980

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

BELO HORIZONTE  
Local

2 Janeiro 2020  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  

Data
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7643750 em 06/01/2020 da Empresa STRATUM SEGURANCA LTDA, Nire 31205635178 e protocolo 195678583 - 26/12/2019. Autenticação: 19F78EEAEC4986AF54D7F2FB556FF1CA6FC44FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/567.858-3 e o código de segurança CeZt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/567.858-3	MGP1900902980	17/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
763.281.808-10	PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR



**STRATUM SEGURANÇA LTDA**  
**12ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 03.029.254/0001-20**

**BEATRIZ SOUZA COSTA**, brasileira, separada judicialmente, advogada, nascida em 22/11/1960, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais – OAB/MG sob o nº 65.324 e no **CPF/MF nº 427.997.246-04**, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte –MG, na Rua Oeste, nº 465, apto 401, bairro Calafate, CEP 30.411-312;

**PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 04/04/1952, portador da Carteira de Identidade nº MG 580.440 expedido pelo SSP/MG e **CPF/MF nº 763.281.808-10**, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte –MG, na Rua Felipe dos Santos, nº 77, apto 401, bairro Lourdes, CEP 30.180-160;

Representando a totalidade do capital da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA que gira em torno da denominação social de STRATUM SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.029.254/0001-20, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, na Rua Zurick, nº 5, salas 101/102/103/104/105/106/107/115, bairro Gameleira, CEP 30.480-520, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120563517-8 em 11/03/1999, têm entre si justo e pactuado a presente Alteração Contratual, nos termos e condições seguintes:

#### **I – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO**

Em virtude de renumeração dos Códigos de Endereçamento Postais (CEP) das ruas da região e reclassificação do zoneamento, o endereço da sede matriz **PASSA A SER** na cidade de Belo Horizonte – MG, na Rua Zurick, nº 5, salas 101 a 107 e 115, bairro Calafate, CEP 30.411-575.

#### **II – ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL**

O objeto social **PASSA A SER** a prestação de serviço de segurança eletrônica, comércio e a locação de equipamentos para segurança eletrônica, monitoramento e serviço de cessão de direito de uso de software customizável, bem como os serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações de terceiros e operador de monitoramento.

#### **III – REGENCIA SUPLETIVA DAS NORMAS DA SOCIEDADE ANONIMA**

Aprovam os sócios quotistas que a sociedade será regida pelo contrato social, pelas previsões legais contidas no Capítulo IV, Livro II da Lei 10.406/2002 e, nas suas omissões, serão aplicadas, supletivamente, as normas da sociedade anônima.

#### **IV – IMPEDIMENTOS PARA A PRÁTICA DO COMÉRCIO**

Por força da vigência do novo Código Civil, Lei 10.406/02, os sócios declaram expressamente que não se acham incluídos nas proibições de arquivamento e exercício de atividades mercantis, previstas no artigo 35 da Lei Federal nº 8.934/94, no artigo 34 do Decreto Lei nº 1800, bem como seus administradores declaram, sob penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular,



contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1.011 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002.

## **V – IMPEDIMENTO, INCAPACIDADE, E MORTE DO SÓCIO OU DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

12.1. A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus sócios, podendo, com a anuência do sócio remanescente, ser admitido na sociedade o sucessor detentor da titularidade das quotas patrimoniais.

12.2. Em caso de discordância do sócio remanescente, no caso previsto neste caput, ou no caso de quaisquer dos sócios utilizarem a faculdade prevista no artigo 1.029 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, a sociedade levantará Balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias. Este balanço, ou o do último exercício social se dentro do prazo retro, será precedido de uma avaliação técnica de todos os ativos da sociedade devendo ser observadas na elaboração do mesmo, todas as provisões e reservas admitidas pela legislação fiscal e comercial.

12.3. O herdeiro do sócio falecido deverá, em 15(quinze) dias da apresentação do balanço especial, manifestar a sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância do sócio remanescente, receberá todos os seus haveres apurados em balanço especial, a que se referiu o parágrafo anterior, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira delas em 120 (cento e vinte) dias da data do aludido balanço, acrescidas ainda de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

12.4. Na hipótese de interdição de qualquer dos sócios, persistirá ele no quadro social, cabendo ao curador nomeado substituí-lo em todos os atos, vedados o exercício de cargo de direção, sem aquiescência do outro sócio.

12.5. Fica estabelecido que, caso seja apurado prejuízo no balanço especial, este será deduzido dos créditos existentes, proporcionalmente às quotas de cada sócio.

12.6. O sócio pode ser excluído judicialmente e/ou extrajudicialmente, mediante iniciativa do sócio que se sente prejudicado; por falta grave no cumprimento de suas obrigações; ou por incapacidade superveniente.

## **VI) CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

Aprovam os sócios a consolidação do Contrato Social, adaptando-se às deliberações retro mencionadas, que passam a compor o texto consolidado a saber:

### **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DE STRATUM SEGURANÇA LTDA**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – RAZÃO SOCIAL**

A sociedade gira com a denominação social de **STRATUM SEGURANÇA LTDA** sendo a mesma uma **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**.



## CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE SOCIAL

A sociedade possui sede na cidade de Belo Horizonte – MG, na Rua Zurick, nº 5, salas 101 a 107 e 115, bairro Calafate, CEP 30.411-575.

## CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO E INICIO DE ATIVIDADE

A sociedade teve início de suas atividades em 01/03/1999 e possui prazo de duração indeterminado.

## CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL

O objeto da sociedade é a prestação de serviço de segurança eletrônica, comércio e a locação de equipamentos para segurança eletrônica, monitoramento e serviço de cessão de direito de uso de software customizável, bem como os serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações de terceiros e operador de monitoramento.

## CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

5.1. O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um Real), totalmente integralizadas em moeda corrente Nacional, distribuídos aos sócios da seguinte forma:

Nome	Nº de Quotas	% Capital	Total (R\$)
BEATRIZ SOUZA COSTA	620.000	62	R\$ 620.000,00
PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR	380.000	38	R\$ 380.000,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 1.000.000,00</b>

5.2. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1052, CC/2002)

## CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

6.1. A administração e representação legal serão exercidas, única e exclusivamente, por todos os sócios, qualificados na precedência, qualidade sob a qual, em conjunto ou isoladamente, exercerão a assinatura em nome da sociedade para todos os fins e efeitos e serão identificados como administradores, salvo nos casos de alienação de bens imóveis da sociedade em que será exigida a assinatura conjunta dos sócios.

6.2. A sociedade poderá, eventualmente, admitir administrador não sócio, o qual será admitido através de instrumento público de mandato, sendo certo que o prazo de validade do mandato será sempre fixado pelo prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

6.3. O uso do nome da sociedade ou razão social, só é exercível validamente pelos credenciados à administração e representação legal da sociedade, apenas será admitido nos assuntos que se integrarem no âmbito de sua finalidade ou objeto social, sob pena de nulidade plena do ato de assinatura abusiva, de que resultando a responsabilidade pessoal imediata e exclusiva do responsável pela irregularidade, por nada em nada obrigando ou vinculando-se a sociedade e sócios, sendo expressamente vedado o exercício do uso do nome da sociedade em negócios e assuntos estranhos à sua finalidade ou objeto social, especialmente em avais, fianças ou quaisquer atos de favor ou garantias subsidiárias passivas em favor de sócios ou terceiros, sob pena de



responsabilidade pessoal e exclusiva do agente e demais coniventes beneficiários da infração contratual, independente da responsabilidade criminal cabível.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REUNIÃO DOS SÓCIOS**

7.1. As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas por escrito (carta com “AR”), com 08(oito) dias de antecedência, pelos administradores ou pelos sócios nas hipóteses do art. 1073 do Código, uma vez por ano; para encerramento do exercício social, nos termos do Parágrafo primeiro da cláusula nona, e, a qualquer momento, para tratar de assunto de interesse social.

7.2. As deliberações serão tomadas por maioria de votos do capital social, cabendo cada quota um voto, ressalvando as disposições legais aplicáveis, quanto ao quórum.

7.3. Dispensam-se à reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre matéria que seria objeto dela.

7.4. Dispensa-se o registro das atas de reuniões, bem como a publicação das mesmas, que deverão ser lavradas no livro competente, assinadas pelos participantes. Na hipótese de alteração na estrutura da empresa, as atas de reuniões deverão ser registradas.

### **CLÁUSULA OITAVA – RETIRADA DE PRO LABORE**

Os sócios terão direito a uma retirada de Pró Labore que será levada a débito de despesas administrativas ou conta semelhante.

### **CLÁUSULA NONA – ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO**

9.1. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

9.2. Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

9.3. Até trinta dias antes da data marcada para a assembleia, o balanço patrimonial e o resultado econômico da sociedade, devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – TRANSFERENCIA DE QUOTAS**

10.1. Nenhum dos sócios desta sociedade poderá transferir ou de qualquer forma alienar suas quotas de capital no todo ou em parte a pessoas estranhas a elas, sem o consentimento expresso do outro sócio, que em igualdade de condições terá prioridade na aquisição.

10.2. Por comunicação escrita dirigida à sociedade e sócios, correspondida por prova idônea de sua entrega aos destinatários, esclarecerá quanto à sua disposição, indicando o valor pelo qual pretende a transferência de seus direitos e vantagens societários, bem como, em havendo, o nome do possível interessado.

10.3. No prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da referida comunicação escrita, a sociedade e sócios deliberarão quanto ao exercício do direito de preferência que lhes é assegurado, neste mesmo prazo respondendo-a.





10.4. No caso de não ser aceito o nome proposto à admissão na sociedade, nem convir à sociedade e aos sócios a aquisição daqueles direitos e vantagens pelo valor pretendido, ao retirante será facultado o direito de, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da resposta negativa, indicar outro nome, cuja recusa determinará a resolução do vínculo societário individual relativamente ao sócio retirante, ou a dissolução e liquidação da sociedade, como convier aos demais sócios.

10.5. No prazo deferido ao sócio retirante, poderá os sócios indicar terceiro, no qual sub-rogarão seus direitos de preferência, que não poderá ser recusado pelo sócio retirante em hipótese alguma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – IMPEDIMENTOS PARA A PRÁTICA DO COMÉRCIO**

Por força da vigência do novo Código Civil, Lei 10.406/02, os sócios declaram expressamente que não se acham inclusos nas proibições de arquivamento e exercício de atividades mercantis, previstas no artigo 35 da Lei Federal nº 8.934/94, no artigo 34 do Decreto Lei nº 1800, bem como seus administradores declaram, sob penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1.011 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – IMPEDIMENTO, INCAPACIDADE, E MORTE DO SÓCIO OU DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

12.1. A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus sócios, podendo, com a anuência do sócio remanescente, ser admitido na sociedade o sucessor detentor da titularidade das quotas patrimoniais.

12.2. Em caso de discordância do sócio remanescente, no caso previsto neste caput, ou no caso de quaisquer dos sócios utilizarem a faculdade prevista no artigo 1.029 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, a sociedade levantará Balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias. Este balanço, ou o do último exercício social se dentro do prazo retro, será precedido de uma avaliação técnica de todos os ativos da sociedade devendo ser observadas na elaboração do mesmo, todas as provisões e reservas admitidas pela legislação fiscal e comercial.

12.3. O herdeiro do sócio falecido deverá, em 15(quinze) dias da apresentação do balanço especial, manifestar a sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância do sócio remanescente, receberá todos os seus haveres apurados em balanço especial, a que se referiu o parágrafo anterior, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira delas em 120 (cento e vinte) dias da data do aludido balanço, acrescidas ainda de juros de 6% (seis por cento) ao ano.



12.4. Na hipótese de interdição de qualquer dos sócios, persistirá ele no quadro social, cabendo ao curador nomeado substituí-lo em todos os atos, vedados o exercício de cargo de direção, sem aquiescência do outro sócio.

12.5. Fica estabelecido que, caso seja apurado prejuízo no balanço especial, este será deduzido dos créditos existentes, proporcionalmente às quotas de cada sócio.

12.6. O sócio pode ser excluído judicialmente e/ou extrajudicialmente, mediante iniciativa do sócio que se sente prejudicado; por falta grave no cumprimento de suas obrigações; ou por incapacidade superveniente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REGENCIA SUPLETIVA DAS NORMAS DA SOCIEDADE ANONIMA**

Aprovam os sócios quotistas que a sociedade será regida pelo contrato social, pelas previsões legais contidas no Capítulo IV, Livro II da Lei 10.406/2002 e, nas suas omissões, serão aplicadas, supletivamente, as normas da sociedade anônima.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte - MG para dirimir quaisquer dúvidas ou eventuais litígios decorrentes do presente contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DELIBERAÇÕES FINAIS**

15.1. Ajustas as partes que o texto consolidado do contrato social, ora aprovado, substitui todas as tratativas, convenções e ajustes anteriores por ela efetuadas, passando a vigorar após o seu efetivo registro.

15.2. E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em 01(um) exemplar, com esta via destinando-se ao registro e arquivamento eletrônico na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2019.

**Assinam eletronicamente:**

#### **1 – SOCIOS**

**a) Beatriz Souza Costa – sócia administradora**

**b) Pedro Alberto Sansão Cabalzar – sócio administrador**

#### **2 – VISTO DO ADVOGADO**

**a) Marcelo Andrade Fiuza – Advogado**

OAB/MG 90.637

CPF 040.641.966-35







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/567.858-3	MGP1900902980	17/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
427.997.246-04	BEATRIZ SOUZA COSTA
040.641.966-35	MARCELO ANDRADE FIUZA
763.281.808-10	PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa STRATUM SEGURANCA LTDA, de NIRE 3120563517-8 e protocolado sob o número 19/567.858-3 em 26/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7643750, em 06/01/2020. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
763.281.808-10	PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
040.641.966-35	MARCELO ANDRADE FIUZA
763.281.808-10	PEDRO ALBERTO SANSÃO CABALZAR
427.997.246-04	BEATRIZ SOUZA COSTA

Belo Horizonte, segunda-feira, 06 de janeiro de 2020





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
040.762.376-09	WILSON LUIZ DE FREITAS DIAS
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 06 de janeiro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7643750 em 06/01/2020 da Empresa STRATUM SEGURANCA LTDA, Nire 31205635178 e protocolo 195678583 - 26/12/2019. Autenticação: 19F78EEAEC4986AF54D7F2FB556FF1CA6FC44FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/567.858-3 e o código de segurança CeZt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL